no cenário educacional. Seria interessante que houvesse um esforço conjunto em prol da educação, ou seja, que profissionais das duas áreas – educacional e tecnológica – pensassem em soluções para reunir recursos novos e antigos que a tecnologia oferece ao processo educativo visando com isso obter um resultado onde se pudesse auxiliar diretamente este com o apoio de uma ação inovadora.

TECHNOLOGY IN BRAZILIAN EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS.

ABSTRACT

Due to the great revolution of the information technology in the education that we experience, the transformations that the world has been suffering with the evolution of science and technology, it is verified that the Brazilian schools have not been able to follow the technological advances.

People communicate with any part of the world, at a speed like never before in the history of mankind, through the internet, e-mail, social networks, whats apps, and other media. These means allow people, in a short space of time, to research, market, make virtual friends, among many other forms of communication.

The current educational system is not yet sufficiently prepared for this new scenario, since many are still working in a very old format. Mainly, in elementary and secondary education, the role of the teacher basically boils down to copying and repassing the contents of books that are already ready, without adding new experiences and without making connections with the daily activity and the world around them. As a consequence, a class often becomes dull and tiring making the student feel unmotivated and does not properly enjoy the time spent with the teacher.

Keywords: education, internet, educational technology.

REFERÊNCIAS

SANTOS, L. L. P. ; PARAÍSO, M. A. O currículo como campo de luta, Presença Pedagógica v.2, n.7, Belo horizonte, Ed. Dimensão, 1996.

[MEC96] MEC/SEDIAE/INEP Estatísticas da Educação no Brasil, Brasília, 1996 ALMEIDA, M E de. Informática e formação de professores. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BORGES NETO, H. Uma classificação sobre a utilização do computador pela escola. Revista Educação em Debate, ano 21, v. 1, n. 27, p. 135-138, Fortaleza, 1999.

FERREIRA, A. L. D. Informática educativa na educação infantil: Riscos e Benefícios. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-UFC, 2000. Monografia (Especialização em Informática Educativa).

LUFT, C.P Dicionário Luft. São Paulo: Atica, 2006.

VALENTE, J. A. Computadores e conhecimento: repensando a educação. Campinas: UNICAMP. 1993.

MINAYO, MC. De S. (Org) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

APEOESP, Sindicatos dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Educação aplicada com recursos da tecnologia .Disponível em < http://www.apeoesp.org.br.> Acesso em 04 de Abril 2014.

RECE, Revista Eletrônica de Ciências da Educação. Internet e formação de professores Disponível em < http://www.presidentekennedy.br/rece/recenum3.html.> Acesso em 20 de Abril 2014.

VALENTE, José Armando. O Computador na Sociedade do Conhecimento (org.). Núcleo de Informática Aplicada à Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

José Armando. Visão Analítica da Informática na Educação no Brasil: a questão da formação do professor. Co-autor Fernando José de Almeida.

Revista Brasileira de Informática na Educação, n°. p 45-60, set., 2014.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL

JANAINNA BASTOS DOS SANTOS

RESUMO:

O trabalho de pesquisa realizado ressalta a importância da inclusão na educação e principalmente o olhar de escolas e educadores frente a essa nova realidade. De maneira a compreender esse contexto, foi feita uma pesquisa sobre a história da inclusão, as etapas e inúmeras dificuldades encontradas, até chegar aos dias atuais em que o educador mesmo com todos os recursos disponíveis, ainda enfrenta algumas dificuldades em lidar com a inclusão de alunos com deficiências físicas, motoras, intelectuais e suas particularidades. Sendo assim, este trabalho foi feito para compreender os conflitos que ocorrem no cotidiano de professores e alunos com necessidades especiais ou dificuldade motora, dificuldade de aprendizado, seus conflitos e vivências dentro da educação inclusiva.

Palavras-chave: Escola; Deficiência; Inclusão; Equidade.

INTRODUÇÃO

É fato que ainda hoje, mesmo depois de tantas conquistas e avanços, a inclusão nas escolas gere, ainda, discussões e os alunos de educação inclusiva ainda sejam vistos como diferentes. Profissionais, professores e familiares devem trabalhar juntos para diminuir essas diferenças.

A inclusão como prática educativa é recente em nossa sociedade, sendo que na educação inclusiva nenhum aluno, sem exceção, deve ficar longe de ser acolhido e não devemos também aceitar, em uma escola ou entre escolas do mesmo sistema de ensino, situações que se caracterizam como ações excludentes e discriminatórias, através de um processo de avaliação seletiva.

Sendo assim, cabe escola garantir a permanência deste aluno na instituição, com a oferta de ensino de qualidade, mesmo que seja desafiador, acredita-se que o primeiro passo para a inclusão é lidar com a diferença de maneira natural, entender que é uma condição humana que estará sempre presente em nossa sociedade, cabendo a todos respeitar e aceitar a possibilidade de enriquecer a convivência na sociedade.

No âmbito educacional, as pessoas com deficiências eram educadas em casa pelos próprios parentes e as escolas não eram preparadas para recebê-las. Com a modernidade, ciência e educação andando juntas, as escolas e seus profissionais começaram a ser preparados para a entrada destes alunos nas unidades escolares e regulares. Os prédios sofreram modificações como rampas e corrimões, por exemplo, e os profissionais da educação estudaram e se especializaram de forma alternativa e específica para educarem as crianças com deficiências diversas.

Em tempos remotos, as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes e/ou inúteis diante das possibilidades de cooperar e somar em prol do progresso de uma sociedade. Estas pessoas, inclusive, eram "escondidas" em casa por seus familiares, tamanho era o preconceito e a falta de preparação e cuidados que as outras pessoas tinham com elas.

Com a entrada dos alunos com deficiência na escola, a educação se tornou mais completa e humana. A socialização destes alunos é uma das partes mais importantes da inclusão escolar. Portanto, para que este objetivo seja alcançado, o docente deve ser e estar preparado para tal. A inclusão escolar torna um professor despreparado em um professor inseguro e que nada auxiliará no processo da inclusão. Ele se sente perdido e incapaz de transmitir e produzir os conhecimentos para o enriquecimento do conhecimento destes alunos.

A inclusão, além de educacional, também é um movimento político e social que defende o direito das pessoas com deficiências terem as mesmas oportunidades sociais que as pessoas que não as possuem. Na esfera escolar, a inclusão vem para eliminar preconceitos, quebrar paradigmas e ensinar que todos os cidadãos têm direito a cidadania plena e oportunidades de atuar ativamente na sociedade em que vivem. Segundo a filósofa Hannah Arendt:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele. E também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandonálas a seus próprios recursos, preparando-as, em vez disso, com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDT, 1972, p. 247).

REFLEXÕES SOBRE BULLYING E EXCLUSÃO ESCOLAR

Verifica-se que há uma discussão intensa sobre o tema da agressividade e da violência, não só na sociedade em geral, mas também, nas instituições escolares, através do bullying, onde a presença de comportamentos agressivos têm sido cada vez mais forte.

Diante desse contexto, avalia-se a necessidade urgente não só de debatermos e compreendermos o bullying como também elaborarmos, em conjunto de ações que possam ser desenvolvidas junto aos alunos, às suas famílias, às escolas e à sociedade de modo mais amplo, a fim de minimizá-lo.

Devido o bullying evidenciar-se no ambiente escolar, entendemos este comportamento como uma forma de o indivíduo se reafirmar ou de se impor diante das regras da instituição e das pessoas com quem convive.

Bullying, palavra de origem inglesa que tem como raiz o termo bull, "é um termo utilizado para designar pessoa cruel, intimidadora e/ ou agressiva" (GUIMARÃES, 2009, s/p). Este termo ganha importância no século XXI, após anos de existência.

O ato "bullying "ocorre quando um ou mais alunos passam a perseguir, intimidar, humilhar, chamar por apelidos cruéis, excluir, ridicularizar, demonstrar comportamento racista e preconceituoso ou, por fim, agredir fisicamente, de forma sistemática, e sem razão aparente, um outro aluno" (RAMOS, 2008, p. 1).

Diante desse conceito é necessário que pais e educadores não ignorem o bullying. A justiça, "cabe intervir a fim de manter os prin-

cípios morais e sociais que todo cidadão tem direito" (GUIMARÃES, 2009, s.p.), pois conforme descreve o artigo 5º da Constituição Federal de 1988: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 1988, s/p).

A lei 13.185/2015 define o bullying como todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo. É praticado sem motivação evidente por indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas.

O artigo 2º da lei considera bullying quando há intimidação; humilhação; discriminação; ataques físicos; insultos pessoais; comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; ameaças por quaisquer meios; grafites depreciativos; expressões preconceituosas; isolamentos sociais consciente e premeditado; pilhérias.

Crianças que possuem um perfil mais retraído costumam ser as maiores vítimas. No geral, elas apresentam maior dificuldade para se expressar ou se abrir em casa ou na escola. O medo de piorar a situação, quando a chantagem costuma fazer parte das agressões, também contribui para o silêncio. A queda no rendimento escolar, faltas na escola e mudanças no comportamento são os sinais mais frequentes apresentados por quem sofre esse tipo de violência. Por isso, família e escola devem estar sempre atentas para os sinais que são apresentados pelos jovens.

Além de um possível isolamento ou queda do rendimento escolar, crianças e adolescentes que passam por humilhações racistas, difamatórias ou separatistas podem apresentar doenças psicossomáticas e sofrer de algum tipo de trauma que influencie traços da personalidade (BRASIL, 1988, s/p).

Em alguns casos extremos, o bullying chega a afetar o estado emocional do jovem de tal maneira que ele opte por soluções trágicas, como o suicídio. O Bullying sempre existiu, porém a popularidade do fenômeno cresceu com a influência dos meios eletrônicos, como a internet e as reportagens na televisão, pois os apelidos pejorativos e as brincadeiras ofensivas foram tomando proporções maiores (BRASIL, 1988, s/p).

CONCEITO DE DEFICIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DO ENTENDIMENTO

De acordo com Azevedo e Barros (2004) existe um decreto federal que descreve a pessoa com deficiência como alguém que possui deformidades permanentes nas estruturas ou no funcionamento do corpo, impossibilitando-o de realizar determinadas atividades.

Os mesmos autores afirmam que deficiência, de um modo geral é uma falta na capacidade de funcionalidade do corpo da pessoa, causando a esta algumas limitações. O decreto federal nº 914, de 6 de setembro de 1993 estabelece no Art. 3º que:

[...]pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (AZEVEDO; BARROS, 2004, p, 78).

Segundo Amiralian (2000), o termo deficiência se dá pela falta das funções nas estruturas corporais sejam elas físico-motores ou intelectuais, se tem dois conceitos: incapacidade ou desvantagem que se refere a má eficiência física, e prejudica a pessoa em suas tarefas diárias; a outra é um dano causado à pessoa, que resulta em alguma deficiência ou alguma incapacidade, a qual impossibilita a pessoa a realizar tarefas individuais.

A pessoa com deficiência física tem mudanças nas funções normais do corpo, causando comprometimento físico, ocorrem dificuldades de executar certos movimentos motores, ou não executar nenhum movimento de modo coordenado.

Para Silva e Dessen (2001) a pessoa com deficiência intelectual é uma pessoa que apresenta algumas limitações quanto a capacidade e desempenho, a maneira como se comportar em sociedade interagindo com outras pessoas, o motivo da deficiência intelectual muitas vezes se dá por desordens genética.

Deficiência sensorial se caracteriza pela falta de visão e audição separadas ou conjuntas sendo conhecida como surdo cegueira, se dá pela falta de reconhecimento do mundo e da informação, necessitando do tato e do olfato e muitas vezes de meios alternativos de comunicação.

Para Alves (2002) nunca se deve dizer que uma pessoa deficiente seja incapaz, anormal, invalido ou excepcional. A pessoa que é capaz de desenvolver atividades que englobam atividades intelectuais, afetivas e sociais é tida como

"normal", isto é, sem nenhuma deficiência, em contrapartida, alguém que por algum motivo, devido um problema de saúde física ou intelectual não consegue realizar essas mesmas atividades, é tida como deficiente.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mazzotta (2003) relata que a história da Educação Inclusiva no Brasil tem como marco principal a criação no Rio de janeiro, por iniciativa do governo imperial o "Institu-

to dos Meninos Cegos" (hoje "Instituto Benjamin Constant") em 1854, e do "Instituto de Surdos- -Mudos" (hoje, "Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES") em 1857.

Com a fundação desses dois institutos teve-se então uma grande conquista para o atendimento das pessoas portadoras dessa deficiência, fazendo com que fosse aberto espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação.

Porém, não deixou de se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872 com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos no país, eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos nestas instituições (MAZZOTTA, 2003).

Como o passar dos anos, houve uma expansão enorme no número de "escolas especiais" no país. E em 1969, já havia mais de 800 estabelecimentos de ensino especial para deficientes intelectuais, cerca de quatro vezes mais do que a quantidade existente no ano de 1960.

No Brasil as crianças portadoras de qualquer tipo de deficiência frequentavam as escolas onde eram conhecidos como "alunos de classes especiais", mas o sistema educacional achava que elas eram excluídas e discriminadas do contexto sócio educacional.

Com isso, ocorreram certas mudanças que fizeram com que estas crianças pudessem então participar e usufruir da sociedade, sendo atendidas conforme as suas necessidades e principalmente sendo respeitados quanto a sua individualidade, podendo então integrar e ser inseridas na escola regular mesmo com suas deficiências (NICÁCIO, 2008).

A Educação Inclusiva se caracterizou por ações isoladas pelo mundo, com grupos e movimentos de luta pelos direitos dos deficientes. No Brasil, essa década representou também um tempo marcado por muitas lutas sociais empreendidas pela população.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece a integração escolar, isto é, as crianças deficientes interagindo com as crianças tidas como normais na rede regular de ensino. De acordo com os PCN, Educação Especial se define da seguinte maneira (Brasil, 2001):

Modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Res.CNE/CEB Nº 2/2001, p. 01).

Ao revisar a história da inclusão escolar até a década de 90, pode-se perceber várias conquistas em relação à educação de pessoa com deficiência. Pode-se dizer que houve avanços e também retrocessos, de conquistas questionáveis a preconceitos cientificamente legitimados.

Várias reformas foram feitas influenciando os rumos da Educação Inclusiva Brasileira tentando diminuir a desigualdade, mas acabaram contribuindo para a exclusão destas pessoas das escolas regulares por não atenderam as exigências da escola.

Na década de 40, não se tinha preocupação com a criança deficiente, mas na década de 50 ocorreu uma expansão das classes e escolas especiais e instituições filantrópicas como, por exemplo, a Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE (1954), (SILVA, 2012):

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda Constitucional de 1978 e a Lei nº 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar(os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/educação especial), (FERREIRA, 2006, p. 87).

Nos anos 70, alguns estudiosos acreditavam no potencial de aprendizagem de pessoas com alguma deficiência e assim houve uma mudança significativa na educação onde se fundamentava a possibilidade de inserir estas pessoas em escolas regulares (SILVA, 2011).

Este fato gerou uma intensa discussão sobre inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular e, na década de 1980 tiveram-se então, definidos princípios da inclusão e da integração destas crianças, houveram muitos encontros e congressos internacionais que tinham o intuito de mobilizar os países a reestruturarem suas políticas para que pudessem inserir os deficientes no mundo social (MIRANDA, 2003).

Em 1981 os deficientes de todo o mundo conseguiram através da Organização das Nações Unidas (ONU) uma proclamação que

fazia uma homenagem aos deficientes com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e tinha como lema "Participação Plena e Igualdade" fazendo com isto a defesa dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais tivessem seus direitos garantidos e atendidos e o Brasil era um dos países que apoiava e incorporava em seus dispositivos legais estes direitos (SILVA, 2011).

Na década de 90, no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar que se denominava inclusão escolar. Esse novo paradigma surgia então como uma reação contrária ao processo de integração de convivência da criança deficiente apenas com outras crianças em situação semelhante, à criança deficiente passa além de conviver e interagir na escola regular, a ser tratada como uma criança que tem condições de aprender, de acordo com suas limitações, e sua efetivação prática tem gerado muitas controvérsias e discussões.

Em 1990, pais e pessoas com necessidades especiais começaram a se organizar em torno da garantia dos direitos conquistados, reivindicando o cumprimento dos mesmos. Queriam condições de acesso e permanência na escola, não ser discriminado e ter a garantia do direito como cidadão, reforçando aí a igualdade de oportunidades educacionais (SILVA, 2011).

A educação inclusiva tem adequações e apoio que se dão por meio de flexibilização e adaptações de recursos instrucionais como materiais pedagógicos, equipamentos, currículos entre outros, com capacitações de recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados, eliminação de barreira atitudinais, arquitetônicas, curriculares, comunicativas, sinalização, etc. e encaminhamento para o mercado de trabalho. De acordo com Carvalho (2007):

[...] é oportuno considerar a educação especial/inclusiva como conjunto de recursos e serviços educativos que, na escola ou fora dela, podem contribuir para o processo de aprendizagem de alunos que, por inúmeras causas endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentam necessidades educacionais especiais (CARVALHO, 2007, p. 79).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é uma das raízes da educação moderna que visa garantir o direito de todos à educação. Seu objetivo é oferecer as mesmas oportunidades para as pessoas com deficiência, sejam elas físicas e/ ou intelectuais, pessoas com altas habilidades, com dificuldades de aprendizagem e também contempla as diversidades étnicas, sociais, culturais, sensoriais e de gênero,

O não acesso à educação, o acesso a serviços educacionais pobres, a educação em contextos segregados, a discriminação educacional, o fracasso acadêmico, as barreiras para ter acesso aos conteúdos curriculares, a evasão e absentismo constituem algumas das características dos sistemas educacionais no mundo, os quais excluem as crianças de oportunidades educacionais e violam seus direitos de serem sistemática e formalmente educados. Já existe um consenso e reconhecimento de que qualquer pessoa que experimenta exclusão educacional encontrará menos oportunidades para participar dos vários segmentos da sociedade, assim como aumenta a probabilidade de esta pessoa experienciar situações de discriminação e problemas financeiros na vida de adulto (AINSCOW; FERREIRA, 2003).

No Brasil, a educação inclusiva ficou mais conhecida com a lei nº 8.069 que garantiu, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. Com isso, as crianças com deficiência tiveram acesso às escolas regulares, sendo matriculadas em salas de aulas com outros alunos ditos "normais".

Em meados dos anos 70, as pessoas com deficiência começaram a ser matriculadas em escolas regulares e tinham que se adaptar às salas de aula e em aulas comuns, fornecidas de forma igual a todos os alunos. Na maioria das vezes, está adaptação não tinha sucesso, pois devido às metodologias oferecidas, estes alunos não conseguiam acompanhar o processo ensinoaprendizagem.

Somente na década de 90 que estas lacunas da educação começaram a ser discutidas, já que a primeira diretriz da educação é atender a todos. Após a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, em 1990 é que o termo "inclusão social" começou a ser utilizado na intenção de abrir novas bases no atendimento a todos na educação. Os cinco princípios da educação inclusiva são:

- Toda pessoa tem o direito de acesso à educação
- A educação inclusiva diz respeito a todos
- O processo de aprendizagem de cada um é singular
- O convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos – Toda pessoa aprende

A educação inclusiva é de suma importância para o pleno desenvolvimento da educação e de uma sociedade ativa, já que é através dela que a pessoa com deficiência consegue se desenvolver de forma igualitária e se sente parte desta sociedade que ela vive. Os educandos com deficiência se sentem inseridos no sistema educacional, quando sentem que estão tendo as mesmas oportunida-